



MUNICÍPIO DE CURUÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Administrativo: nº 031/2026

Modalidade: Chamada Pública nº 002/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, para prestação complementar de serviços de diagnósticos por imagem, compreendendo exames de Radiografia Convencional com Laudo, e Mamografia Bilateral Digital com Laudo, destinados a atender as necessidades da Rede de Saúde do Município de Curuá/Pá, em favor dos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS

Informações do Processo
Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde
Ordenador de Despesa: Markell Anderson Monte de Melo
Processo Administrativo: nº 031/2026
Procedimento: Chamada Pública nº 002/2026
Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto Lei nº 4.657/1942, Lei Municipal nº 6.557, de 28 de dezembro de 2023, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 e demais legislação pertinentes.
Agente de Contratação: Safira Brito Pinto

Introdução:

Em cumprimento às atribuições do sistema de controle interno estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 31 e 74, e Lei Municipal nº 154/2005 PMC, que atribui ao Controle Interno, dentre outras competências, a realização de acompanhamentos e avaliação da ação do governo, da gestão dos administradores do patrimônio municipal e dos atos dos responsáveis pela arrecadação e aplicação de recursos públicos da Prefeitura Municipal de Curuá-Pa, de forma a verificar a



MUNICÍPIO DE CURUÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
CONTROLADORA GERAL DO MUNICIPIO

legalidade, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal.

Análise do Processo:

Na fase Interna:

Trata-se da análise técnica dos autos do Processo administrativo Nº031/2026 referente a Chama Publica Nº 002/2026, cujo o objeto; credenciamento de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, para prestação complementar de serviços de diagnósticos por imagem, compreendendo exames de Radiografia Convencional com Laudo, e Mamografia Bilateral Digital com Laudo, destinados a atender as necessidades da Rede de Saúde do Município de Curuá/Pá, em favor dos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS.

O processo foi instruindo com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto Lei nº 4.657/1942, Lei Municipal nº 6.557, de 28 de dezembro de 2023, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 e demais legislação pertinentes, contendo os seguintes documentos;

- Documentos de oficialização da demanda;
- Memorando solicitando que o departamento de compras providencie a cotação de preços;
- Memorando em resposta a cotação de preços;
- Memorando ao setor de contabilidade solicitando a previsão de saldo orçamentário para atender a demanda;
- Termo de disponibilidade orçamentaria;
- Termo de declaração de adequação orçamentaria e financeira;
- Estudo técnico preliminar-ETP;
- Termo de referência;
- Autorização;
- Termo de designação de fiscal de contrato;
- Termo de autuação de processo;
- Minuto do edital e seus anexos;
- Parecer jurídico;
- Portaria nº 024/2026- Comissão especial para análise técnica de documentação;
- Avido de publicação no Dario Oficial da União publicado em 09/06/2026 edição 105, Diário Oficial do Municípios do Estado do Pará em 09/06/2026;
- Minuta de edital de Chamamento Pública;
- Documento de habilitação;



MUNICÍPIO DE CURUÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ
CONTROLADORA GERAL DO MUNICIPIO

- Parecer técnico da comissão especial;
- Ata de sessão de recebimento e abertura de envelopes;
- Extrato de credenciamento publicado no Diário Oficial da União em 29/07/2026 edição 141;
- Contrato nº 20260136;

Conclusão

Diante da análise da documentação constante nos autos, verifica-se que o Processo Administrativo nº 031/2026, referente à Chamada Pública nº 002/2026, encontra-se instruído, em seus aspectos formais, com os documentos essenciais previstos na legislação aplicável para o credenciamento de pessoas jurídicas destinadas à prestação complementar de serviços de diagnósticos por imagem no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Assim, considerando os elementos constantes dos autos e observadas as competências deste Controle Interno, opina-se pela regularidade da contratação, desde que sejam mantidas a observância da legislação vigente e o acompanhamento da execução contratual pelos responsáveis legalmente designados.

É o Parecer,

Curuá – Pará de 29 julho de 2026

Verônica de Nazaré Rocha
Controladora Geral do município de Curuá
Decreto nº 015/2025-GP/PMC